

DA IMPORTÂNCIA DE PROGRAMAS DESTINADOS À EDUCAÇÃO DE SENIORES

NA SOCIEDADE DE HOJE:

AS UNIVERSIDADES DA TERCEIRA IDADE EM PORTUGAL

Maria da Graça Castro Pinto

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Via Panorâmica, s/n

4150-564 PORTO

E-mail: mgraca@letras.up.pt

Abstract

This text gives an overview of the main characteristics of the Universities of the Third Age in Portugal and points to the similarity between them and the first and second generations of institutions in charge of the third age “teaching”. As for the third generation of this kind of institutions, a relationship is established between their goals and those of the university programmes for senior citizens. Finally, attention is called to the role that the traditional universities are expected to play in the creation of the university programmes for senior citizens.

Resumo:

Este texto procura mostrar como se caracterizam as Universidades da Terceira Idade em Portugal e aponta para a semelhança entre elas e a primeira e segunda gerações das instituições que foram criadas no estrangeiro com o objectivo de oferecer à população sénior o ensino de diferentes matérias. No tocante à terceira geração destas instituições, pode ver-se já nelas uma relação entre os seus objectivos e os dos programas universitários para seniores, que devem ser da responsabilidade das universidades tradicionais. Chama-se então a atenção, por fim, para o papel que se espera das universidades tradicionais no que concerne à criação dos referidos programas universitários para seniores.

Résumé:

Ce texte nous offre un aperçu des caractéristiques principales des Universités du Troisième Âge au Portugal. Il fait aussi ressortir la similitude qui existe entre elles et les deux premières générations des institutions qui ont été créées à l'étranger avec le but d'offrir l'enseignement de différentes matières à la population du troisième âge. En ce qui concerne la troisième génération de ces institutions, on peut y voir déjà une relation entre ses buts et ceux des programmes universitaires pour des personnes de tout âge offerts par les universités traditionnelles. Finalement, on met en relief le rôle qu'on attend des universités traditionnelles quand il s'agit de la création des programmes universitaires pour des personnes de tout âge.

I

Neste texto¹, usarei deliberadamente a designação “Universidade da Terceira Idade” (UTI) para me referir de um modo genérico às instituições que se dedicam a dar resposta à procura de ensino informal em variados domínios e à procura de actividades recreativas ou outras por parte da nossa população sénior, apesar de não ignorar a polémica que o termo “universidade” tem suscitado nalguns meios e de ter em mente a necessidade de pensar a sua adequação à realidade actual também em termos linguísticos.

O facto de não ser consensual o termo “universidade”, que ocorre no sintagma “universidade da terceira idade” – sintagma a que já ousou chamar fixo por força do uso que lhe é conferido pelos falantes –, pode explicar a razão pela qual alguns já tenham optado pela designação “academia”, outros pela designação “instituto” e outros ainda pela designação “associação”, normalmente seguidas do epíteto “cultural”, evitando-se assim o recurso à palavra “universidade”. É bem provável que estas outras designações já traduzam sensibilidades particulares no tocante à missão das instituições em questão, missão que é efectivamente distinta da das universidades tradicionais e que conviria deixar também clara em termos linguísticos. Acrescentaria contudo que a utilização do termo “universidade” no caso das UTI, um pouco metaforicamente em meu entender, foi já objecto de uma leitura/atenção particular, se não de uma preocupação, no início dos anos 80 do século passado quando, por legislação datada de 1982, “O Ministério da Educação [refere que] permite o uso da denominação «Universidade» desde que as UTI se comprometam a não atribuir nenhum tipo de certificados ou grau académico dos cursos ministrados (DL n.º 252/82 de 28 de Junho).”². Salvaguardavam-se assim usos distintos de um lexema que normalmente era atribuído a uma realidade completamente diversa e com uma missão totalmente diferente. Por outro lado, a 20 de Março de 2003, no *II Encontro Nacional de Universidades e Academias Seniores* (Almeirim e Santarém), foi-me dado observar que ainda então se discutia a dificuldade de legalizar

¹ Este texto é uma versão alargada de uma comunicação apresentada, na sequência de um convite por parte da organização do evento, na Conferência “Envelhecer em Saúde”, organizada pelo Centro de Investigação em Educação Contínua de Adultos (CIECA) e pela Universidade Sénior de Almeirim (USAL), no âmbito do Projecto *Learning in Senior Age* (LISA), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 8 de Agosto de 2003. Uma versão anterior deste texto foi publicada na *Revista da Faculdade de Letras “Linguas e Literaturas”*, Universidade do Porto, II Série, Volume XX, Tomo II, 2003, pp. 467-478.

² Cf. informação disponível na web em <http://planeta.clix.pt/usal/uti.htm>, secção *Universidades da Terceira Idade*, p. 1 de 5, acedida em 21/02/2003.

instituições/associações intituladas “Universidades da Terceira Idade”. De facto, trata-se de uma designação que pode, ainda hoje, não ser pacífica³.

Por outras razões, começa também a ser presentemente objecto de crítica a expressão “terceira idade”. Não surpreenderá, por isso, que se verifique nalguns casos a sua substituição por “sénior” ou por “para todos”. Esta substituição revela-se, de facto, da maior oportunidade atendendo a que já não são só as pessoas com 65 anos e mais que recorrem ou procuram estas instituições mas também pessoas que apresentam idades que rondam os 50 anos.

Se bem que “As UTI funcion[em] todas fora do sistema escolar, mantendo-se fiéis aos princípios básicos da aprendizagem informal.”⁴, é bem provável que a sua procura por parte de um público adulto mais jovem do que o público responsável pela sua designação motive alterações nos seus modos de actuar de forma a ir ao encontro de interesses que podem diferir daqueles normalmente manifestados pela terceira idade. A idade é uma variável, entre outras, que nos leva a considerar que as ofertas das UTI não podem ser uniformes; os seus modelos/projectos não só acabam por diferir de país para país mas também, dentro de cada país, de região para região em função de diferentes variáveis. E este ajustamento de projectos às condições particulares das populações revela-se, na minha opinião, a chave de sucesso destas instituições. Com efeito, estamos face a uma população caracterizada por uma indiscutível heterogeneidade que resulta dos diferentes percursos de vida e portanto também das variadas experiências daí advenientes.

No estudo intitulado “Caracterização das UTI’s”⁵, pode ler-se na página 3: “**As Universidades da Terceira Idade** (UTI) surgiram na década de 70 em França. [...] Este movimento rapidamente alastrou ao resto da Europa, chegando a Portugal em 1976. Ultrapassou oceanos e chegou à América nos anos 80.”⁶.

³ Importa acrescentar que a existência de uma legislação para as Universidades da Terceira Idade se torna cada vez mais necessária uma vez que, como refere o presidente da Rede de Universidades da Terceira Idade (RUTIS), “este já é um universo bastante significativo em Portugal”. E Luís Jacob, Presidente da RUTIS, adianta ter sido já apresentada em Julho de 2005 uma proposta de legislação, esperando-se que esta venha a ser aceite (cf. a este propósito o artigo “Mais de 13 mil idosos frequentam universidades em Portugal” (pp. 1 e 2 de 2 pp.), da autoria de Paula Cosme Pinto, datado de 13 de Setembro de 2005, disponível na web em http://www.portugaldiario.iol.pt/noticia.php?id=582317&div_id=291, acedido em 29/09/2005).

⁴ Cf. nota 2 (*id.*, *ibid.*)

⁵ Estudo realizado pela Universidade Sénior de Almeirim, na pessoa do Dr. Luís Jacob, distribuído no *II Encontro Nacional de Universidades e Academias Seniores* (Almeirim e Santarém, 20 de Março de 2003).

⁶ Em *Universidades da Terceira Idade*, disponível na web em <http://planeta.clix.pt/usal/uti.htm>, p. 1 de 5, secção acedida em 21/02/2003, lê-se ainda a este propósito na continuidade do transcrito: “[...] chegando

As causas para a criação deste tipo de instituições são naturalmente de vária ordem. Salientaria porém como causa principal o envelhecimento da população e suas repercussões na adaptação a novos estilos de vida depois da cessação das actividades exercidas até à aposentação.

Uma primeira leitura da passagem acima transcrita, extraída do estudo “Caracterização das UTI’s”, levar-nos-ia porventura a inferir que Portugal vivia nos anos 70 do século XX uma realidade sócio-cultural tão semelhante à França que só teriam sido necessários três anos para concretizar um projecto que se pretendia “próximo” do francês⁷. Efectivamente, em 1973 é criada em Toulouse a primeira UTI e, de acordo com a literatura, não foram precisos mais de sete anos para que se estabelecessem 52 UTI em França (cf. Lemieux, Boutin, Sánchez & Riendeau s/d:2). Aprofundando um pouco mais os dados avançados, posso acrescentar que foi o Prof. Pierre Vellas (da Universidade) de Toulouse que, em 1973, conforme refere Lemieux (2001:27), “eut l’idée courageuse de mettre les services de l’université à la disposition des retraités.” Segundo a mesma fonte, esta UTI correspondia no seu início a um departamento da unidade de ensino e de pesquisas da faculdade de ciências sociais e tinha como objectivo o estudo dos problemas médicos, sociais e psicológicos dos idosos (Lemieux 2001:27). Por outros termos, num primeiro momento estava em causa uma colaboração entre os estudantes da terceira idade e os pesquisadores jovens da universidade. Como prossegue Lemieux (2001:27), “Il s’agit donc [...] d’une sorte de *jumelage* qui, en dépit du fameux conflit de générations, s’est avérée très féconde.” Este primeiro projecto deu origem, no entanto, talvez mais rapidamente do que se esperava, a um modelo que passou também a integrar cursos, conferências e outras actividades de toda a ordem tendentes a ir ao encontro da procura entusiasta que se verificava por parte das pessoas de idade (Lemieux 2001:27).

Apesar de me ter sido solicitado que falasse das UTI portuguesas, afigurou-se-me oportuno lançar um olhar rápido sobre o país-berço das UTI, isto é, a França, antes de abordar o nosso caso para podermos operar algumas comparações. Sem ir muito a fundo no domínio para o qual pretendo chamar a atenção, gostaria de lembrar que, no

a Portugal em 1976 com a criação da Universidade Internacional da Terceira Idade de Lisboa pelo Dr. Herberto Miranda.”

⁷ Ora, este projecto português datado de 1976, de acordo com Lemieux (2001:43), terá sido desenvolvido graças à influência da *Association Internationale des Universités du Troisième Âge* (AIUTA) e, ainda seguindo a mesma fonte, “elle n’était qu’un super-club géré par une famille très cultivée, mais n’ayant pas de contacts avec la structure universitaire du pays.” (Lemieux 2001:43). Dito de outra forma, tratava-

que toca à França, a generalização da escolaridade obrigatória passou a ser um facto na III República (Harrois-Monin & Rouze 1981:43). Não será, por isso, difícil imaginar o nível de literacia ou, se assim o entenderem, de escolaridade da população francesa nos princípios da década de 70 do século passado. Também não será difícil entender/explicar, em resultado desse nível de escolaridade, a existência de uma sensibilidade particular para dar resposta às necessidades culturais e sociais dos franceses que apresentavam então 65 anos de idade ou mais e que seriam por certo proporcionalmente mais numerosos do que os portugueses da mesma idade existentes à época.

Relativamente a Portugal, pode avançar-se que em 1972 existiam 34 idosos para cada 100 jovens com menos de 14 anos de idade⁸. Em termos de natalidade, o nosso país apresentava em 1960 a mais alta natalidade da Europa. Mas, em 1999, já se encontrava abaixo da média⁹. Estes dados ajudam a compreender que existam, em 1998, 90,3 idosos para cada 100 jovens com menos de 14 anos e que, em 2001, tendo sempre em consideração a população total em Portugal, a percentagem de idosos a partir dos 65 anos tenha ultrapassado a percentagem da população até aos 14 anos de idade (16,4% vs. 16%)¹⁰. Dito de outra forma, distintamente do que se passava nos anos 70 do século findo, estamos hoje perante um claro envelhecimento da população com todas as suas consequências.

No tocante à escolaridade, que poderemos dizer do nosso nível de escolaridade em 1976, ano da criação da primeira UTI em Portugal?

A este respeito, lembraria unicamente que nos Censos de 1981, e portanto cinco anos após a criação da primeira UTI entre nós, de acordo com os dados que me foram fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, 26,35% da população residente em Portugal (9833014) não sabiam nem ler nem escrever e que 47,62% dessa mesma população possuíam unicamente 4 anos de escolaridade. Somente 2,64% da população residente então no nosso país detinham cursos superiores. Se estes dados não contribuírem para mais nada, podem no mínimo ajudar-nos a ter uma ideia do perfil do “aluno” que teria procurado a primeira UTI portuguesa e a compreender que não se podem esperar ofertas totalmente idênticas por parte das mais variadas UTI criadas nos

se de um projecto que não mantinha quaisquer contactos com a estrutura universitária do país, diferentemente do que se teria passado noutros casos.

⁸ Cf. dados disponíveis na web em <http://luisjacob.planetaclix.pt/maisdados.htm>, na secção *Números*, subsecção *Demografia*, p. 2, acedida em 24/02/2003.

⁹ Cf. semanário *Expresso*, p. 24, de 13 de Maio de 2000.

diferentes países. A política de cada país, as suas realidades sociais e culturais e ainda as suas infra-estruturas moldarão inevitavelmente a estrutura, a forma organizacional, os objectivos e as ofertas destas instituições (Stadelhofer 1999:2).

Se não foram precisos sete anos para que passassem a existir 52 UTI em França a partir da criação da primeira em Toulouse, temos de admitir que Portugal teria de esperar mais de 25 anos após a criação da primeira UTI para poder contar com cerca de meia centena de Universidades da Terceira Idade. Nos nossos dias, o número destas instituições já ronda as oito dezenas e estão a ser actualmente criadas, um pouco por todo o país, mais dez universidades seniores¹¹. A primeira UTI surge nos anos 70 do século XX e, desde então, como se pode verificar, o seu número tem conhecido um crescimento progressivo, registando-se, por coincidência ou não, um aumento especialmente significativo durante os anos 90 desse século (cf. Jacob 2003:6), década em que, como sabemos, foi dedicada uma maior atenção ao idoso e à educação ao longo da vida.

II

À data da conferência que serviu de ponto de partida a este texto, Portugal contava efectivamente com um número de UTI próximo das cinco dezenas. Quatro ainda estavam em vias de formação, situando-se uma delas em território insular¹². As UTI encontram-se localizadas por todo o território nacional, mas mais especialmente no Norte e no Algarve se considerarmos à parte as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. O número de alunos inscritos era então da ordem dos oito mil. Presentemente o número de alunos que frequentam essas instituições já ultrapassa os treze mil¹³.

As UTI portuguesas foram criadas pela sociedade civil e não pertencem ao ensino escolar regular. Também não pertencem às universidades tradicionais, se bem que existam UTI que celebraram, por razões que deixarei em aberto, protocolos com algumas universidades tradicionais. Seguem, portanto, os princípios básicos do ensino informal. Por lei, não podem nem avaliar, nem certificar. Contudo, convém talvez

¹⁰ Ver pp. 2 e 1 da fonte mencionada na nota 8.

¹¹ Consultar a referência inserida na nota 3.

¹² Informação obtida no *II Encontro Nacional de Universidades e Academias Seniores*, organizado pela Universidade Sénior de Almeirim, Almeirim - Santarém, 20 de Março de 2003.

¹³ Consultar a referência inserida na nota 3.

adiantar que me foi dito que os alunos das UTI não desejam ser avaliados porque já o foram ao longo das suas vidas e não pretendem continuar a sê-lo.

No tocante à oferta na generalidade das UTI, pode dizer-se que, entre as variadíssimas possibilidades existentes, os seniores podem escolher cursos livres sobretudo na área das humanidades, da sociologia, das línguas estrangeiras, da leitura e escrita criativas, da saúde e das artes (plásticas). Algumas contam ainda, nos seus programas, com iniciativas na área das novas tecnologias da informação e da comunicação e com conferências sobre temáticas actuais. De um modo geral, dispõem também de actividades como ginástica, natação, teatro, canto coral, música e trabalhos manuais ou labores. As viagens de estudo no país ou no estrangeiro constituem igualmente objecto de possível oferta. A publicação regular de revistas ou de outros tipos de periódicos pode também ser referida como uma forma de marcarem a sua presença. A diversidade de níveis de escolaridade dos alunos que frequentam estas instituições, desde licenciados ou detentores de outros graus académicos a indivíduos que possuem unicamente ou “à peine” a antiga 4.^a classe, condicionará naturalmente os respectivos projectos. Depreende-se, porém, do elenco de ofertas exposto que os alunos das UTI estão tão interessados em aprender como em conviver.

Relativamente às pessoas que ensinam nas UTI, algumas são profissionais e recebem por consequência honorários simbólicos ou não e outras, a maioria, trabalham em regime de voluntariado. A combinação das duas modalidades é também uma realidade e pode mesmo dar-se o caso de alguns alunos serem simultaneamente professores em áreas da sua especialidade. Os professores das UTI não precisam de possuir qualquer formação pedagógica destinada à população sénior para exercerem essas funções. Será importante referir, nesta oportunidade, que de momento também não existe no nosso país quem dê formação a quem deseje ensinar os seniores.

Algumas das UTI têm existência autónoma e outras estão ligadas quer à Santa Casa da Misericórdia, quer a associações, a centros paroquiais ou a centros sociais. Estas últimas podem receber apoios da Segurança Social, dos poderes locais, da Igreja ou de entidades privadas.

A vitalidade das UTI portuguesas é bem evidente se considerarmos, para além do que já foi referido, a criação, em 1998, da Federação Portuguesa das Universidades,

Academias e Associações para a Terceira Idade (FEDUATI) que já incluía 10 UTI em Março de 2003¹⁴.

III

Enquanto professora universitária consciente de que as universidades tradicionais já deveriam ter oferecido programas universitários para seniores, algo que ainda não fizeram¹⁵, tenho de reconhecer que, num país como Portugal, as UTI desempenham um papel relevantíssimo. E, nesta ocasião, gostaria de me referir, de uma maneira muito especial, às UTI que integram no seu corpo discente pessoas com níveis de escolaridade que podemos considerar baixos. Ora, o facto de estas pessoas encontrarem locais que lhes permitam manter em exercício (ou incentivar) a sua actividade intelectual de acordo com a sua preparação constitui um investimento inestimável para um país que pretenda propiciar a melhor qualidade de vida intelectual aos seus idosos daí tirando os benefícios correspondentes.

Quanto às UTI frequentadas por pessoas portadoras de graus académicos superiores, terei de admitir que, se estas pessoas se sentirem satisfeitas com a oferta que lhes é disponibilizada e se não questionarem a falta de preparação pedagógica específica dos seus professores, o papel destas instituições está com certeza a ser integralmente cumprido.

Penso que o exposto mostra com clareza que a realidade portuguesa pode ser distinta de outras realidades e que só podemos estar gratos à sociedade civil – independentemente da opinião que possamos ter no tocante às ofertas existentes – por tudo o que tem feito para que a nossa situação actual seja o que é em termos de instituições que se preocupam com a ocupação dos tempos livres dos seniores. Quer isto dizer que, no nosso país, não foi o Estado, ao contrário do que se terá passado noutros países, que tomou a iniciativa de chamar a si a “educação” dos seniores instigando, por exemplo, à criação de programas universitários para essa população nas universidades públicas tradicionais. Por sua vez, as universidades privadas também não ofereceram nem oferecem quaisquer tipos de programas universitários para o público em causa¹⁶.

¹⁴ Para mais pormenores em torno da caracterização das UTI, consultar Jacob (2003). Lembraria nesta oportunidade que já existe uma *Rede de Universidades da Terceira Idade* (RUTIS), que tem como presidente o Dr. Luís Jacob (consultar a este propósito a referência inserida na nota 3).

¹⁵ Lembro que está em curso, no âmbito dos programas de pós-graduação da Universidade do Porto, a criação da primeira edição de um *Programa de Estudos Universitários para Seniores*, prevista para começar no princípio do segundo semestre do ano lectivo de 2005-2006.

¹⁶ Ver nota anterior.

Esta atitude da universidade tradicional portuguesa pode encontrar justificação no facto de a partir de 1974, em virtude da situação educacional herdada, se eleger como prioritária a educação das populações mais jovens. Lembro, a este propósito, que à data da Revolução o ensino superior apresentava uma taxa de participação de cerca de 6 a 7% da população portuguesa em idade compreendida entre os 18 e os 24 anos e que só em meados da década de 90 do século passado se chegou a uma percentagem próxima dos 40% na faixa etária entre os 20 e os 24 anos (CIPES 1999:2). Por outro lado, como já foi referido, o número de idosos em Portugal não era então – nos anos 70 do século XX – significativo ao ponto de levar a accionar com alguma prioridade políticas educativas que tivessem os seniores como público-alvo.

No início do século XXI, a situação tornou-se totalmente distinta. O número de aposentados não só aumentou mas também se verificou que a aposentação começou a ser requerida por uma população menos idosa. Além disso, tudo leva a crer que não estamos perante aposentados que apresentem, na generalidade, uma escolaridade baixa. Entre eles, contam-se seguramente muitos licenciados, ou mesmo pessoas com habilitações académicas superiores, e muitos funcionários que pertenciam a quadros técnicos. Trata-se pois de uma população que apresenta uma instrução que obrigará indubitavelmente a uma oferta de programas para seniores muito mais exigente no caso de pretender frequentar esses programas. Vemo-nos, por conseguinte, confrontados com um tipo de população aposentada mais jovem e mais instruída.

Paralelamente, verifica-se que as universidades tradicionais começam a ter necessidade de abrir as suas portas a públicos novos, em resultado das tendências demográficas que se têm verificado na nossa sociedade. Ora, esta recente vaga de aposentados – mais jovens e mais escolarizados – poderão constituir um novo tipo de público universitário que passa a representar um interessante desafio do ponto de vista pedagógico para as universidades tradicionais. Por outros termos, este novo público pode fazer alterar a oferta de programas para seniores existente entre nós até hoje obrigando quem os orienta e ministra a uma preparação (científica) que se revele adequada à resposta pedagógica desejada. Não obstante o ensino destinado aos seniores em geral, independentemente da sua escolaridade, exigir, em meu entender, uma preparação científica especial, esta nova vaga de aposentados portadores, em média, de uma instrução seguramente superior à até aqui registada faz olhar noutra óptica a oferta que possa vir a ser destinada à população em questão, implicando naturalmente alterações de ordem qualitativa a vários níveis. Mais uma vez, estamos perante a

necessidade de considerar projectos em função do tipo de procura das populações tendo em atenção as suas características.

Aqueles que questionam a pertinência do uso do termo “universidade” quando estão em jogo as UTI fazem-no porque entendem que “la qualité «universitaire», elle doit [...] dans son essence véhiculer les trois attributs caractéristiques de toute université.” (Lemieux 1998:226), *i.e.*, o ensino, a pesquisa e o serviço à comunidade.

Ora, os que se têm dedicado ao estudo da génese histórica das instituições destinadas ao “ensino” dos seniores dão-se conta de que os objectivos dessas instituições não são da mesma ordem, levando-os a considerar a existência, no século findo, de três gerações de modelos de programas oferecidos até hoje por essas instituições.

A primeira geração, que os estudiosos datam dos anos 60, corresponde a um modelo de serviços educativos (cf. os “Elders hostels”) mais da ordem do convívio cultural com o objectivo de ocupar as pessoas da terceira idade e de lhes facilitar as relações sociais (Lemieux 1998:227). Este modelo, de acordo com Lemieux (2001:36), embora tivesse lugar num ambiente universitário, não oferecia um tipo de ensino necessariamente universitário. Por outras palavras, a formação que era dada não era sempre de nível universitário e poderia mesmo ser assegurada por outros agentes educativos (Lemieux 2001:36).

A segunda geração, que data dos anos 70, tinha sobretudo como objectivo melhorar o bem-estar mental do idoso por meio de actividades culturais consideradas de interesse e desenvolver a sua capacidade de intervir socialmente. Nestas circunstâncias, a pessoa de idade assiste a conferências e debates animados por professores ou pelos seus próprios pares (cf. Lemieux 1998:227; 2001:36). Está em causa um tipo de actividade educativa que não se reveste de características especificamente universitárias. Segundo Lemieux (1998:227), “Cette préoccupation n’est pas tellement disparue et certains sociologues prétendent encore, aujourd’hui, que l’éducateur des personnes âgées n’a d’autre but que d’en faire des agents de changement social [...]”. No fundo, como este autor sugere, um programa com a configuração indicada poderia perfeitamente estar a cargo de uma associação literária ou de um clube social (Lemieux 2001:36).

Finalmente, a terceira geração, que data dos anos 80, desenvolveu-se no sentido de se aproximar das três características de qualquer universidade tradicional: o ensino, a pesquisa e o serviço à comunidade em que se encontra inserida. Esta “geração” procura

dar resposta a uma população da “terceira idade” cada vez mais jovem e mais escolarizada que começa a exigir cursos que possam ser reconhecidos. Surge assim a ideia de organizar programas conducentes a um diploma, muito embora esses cursos possam também ser frequentados, a título livre, por aqueles que não pretendem ser avaliados¹⁷.

Perante estes três modelos de instituições destinadas ao ensino(/convívio) dos seniores, é meu entendimento que, tendo em mente a nossa realidade em termos de idades, níveis de escolaridade e interesses pessoais e regionais, teremos de admitir que a sua coexistência é perfeitamente possível e até mesmo desejável, bem como a colaboração que se possa estabelecer entre esses diferentes modelos, contribuindo cada um com as suas potencialidades.

As UTI existentes actualmente no nosso país, apesar de não corresponderem a programas universitários para seniores e de não se encontrarem sediadas nas universidades tradicionais, dão perfeitamente resposta, em minha opinião, aos objectivos traçados pelas duas primeiras gerações atrás descritas. Resta-nos portanto preparar a terceira geração, aquela que pretende ir ao encontro dos três atributos das verdadeiras universidades, contando com o empenhamento das universidades tradicionais públicas ou privadas, tomando como base a formação científico-pedagógica que os programas universitários desta terceira geração requerem, mas não fazendo evidentemente *tábua rasa* do que já se fez, entre nós, neste domínio. Não será, mesmo, de pôr de parte a existência de parcerias entre instituições correspondentes às três “gerações” apontadas.

Com efeito, todos aqueles que já têm ou desejam vir a ter a seu cargo iniciativas destinadas à população sénior não poderão ignorar que, nos dias de hoje, cada vez se exige mais profissionalismo em todas as áreas de intervenção. O estudo da população em causa, nas mais variadas vertentes, torna-se um necessário para quem a elege como destinatário das suas iniciativas.

No que às UTI portuguesas existentes diz respeito, embora seja necessário estar consciente dos seus principais objectivos, devem também ter-se presentes a pertinência e a semântica do termo “aprender” relativamente à população que as frequenta e não se devem ignorar os métodos que mais se lhe adequam.

¹⁷ No tocante a tudo o que foi referido sobre a génese histórica das UTI, ver Lemieux (1998:226-227; 2001:36).

Será que as expectativas de todos os alunos das UTI coincidem com as do aluno típico do nosso sistema de ensino regular?

Será que do professor destinado ao ensino do sénior não se terá de exigir outro tipo de formação e de modo de actuar?

Será que as matérias não terão de ser apresentadas de uma forma mais condizente com o potencial cognitivo, emocional e vivencial/experiencial da população em questão?

Será que é a ciência – a resolução de problemas/o “problem-solving” – que interessa aos seniores?

Não terá antes de se eleger uma orientação que privilegie a sabedoria¹⁸ (o questionamento/o “problem-finding”)?

Nesta área, como noutras, é preciso conhecer bem o “objecto” de estudo para poder trabalhar com ele da forma mais apropriada. A investigação torna-se assim fundamental quando se pretende investir no “ensino/aprendizagem” do sénior.

Os projectos internacionais serão naturalmente da maior utilidade também nesta área. A troca de conhecimentos com outros países que já trabalham há mais tempo com outros meios, com outros ritmos e com outras condições e/ou infra-estruturas no ensino da terceira idade evitará, por exemplo, que se repitam experiências a todos os títulos reprováveis e permite que se arranque ou se prossiga a partir de níveis de actuação menos básicos.

A vivência em rede – mesmo no interior do país – tem de passar a fazer parte dos nossos hábitos. Habitue-mo-nos pois a partilhar experiências e a aceitar com naturalidade não só elogios mas também críticas ou recomendações.

A qualidade do empenhamento de que se revestir hoje a actuação nesta área terá seguramente amanhã repercussões inestimáveis em variadíssimas frentes. Não tenho dúvidas, no entanto, de que os modelos das UTI existentes em Portugal contribuem já de uma maneira muito particular e digna para assegurar a qualidade de vida intelectual, emocional e social que tanto os longevos como o país em geral ambicionam.

O futuro, porém, não cessará de nos suscitar respostas cada vez mais ajustadas aos desafios que nos vão ser incessantemente colocados também neste domínio.

Teremos, por conseguinte, de nos ir preparando desde já.

¹⁸ A sabedoria [“wisdom”], segundo Sternberg (1990:6), “lies not in what a person knows, but rather in how the person uses the knowledge he or she has.”

Agradecimentos

As informações obtidas acerca das UTI portuguesas que tomei como base para escrever este texto têm origem não só no estudo intitulado “Caracterização das UTI’s”, distribuído no *II Encontro Nacional de Universidades e Academias Seniores*, organizado pela Universidade Sénior de Almeirim, Almeirim - Santarém, 20 de Março de 2003, mas também nos contactos pessoais tidos com a Senhora D. Teresa Mota, representante da Direcção da Universidade Autodidacta e da Terceira Idade do Porto, e com o Dr. Luís Jacob, Director da Universidade Sénior de Almeirim, responsável pelo estudo supramencionado. A ambos, deixo a expressão da minha gratidão.

Agradeço ainda ao meu colega João Veloso os comentários feitos a este texto, bem como a sua formatação.

Referências

CIPES (1999). Previsão da evolução do número de alunos e das necessidades de financiamento. Ensino Superior – 1995 a 2005. Trabalho de investigação realizado pelo Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (CIPES) da Fundação das Universidades Portuguesas. Fevereiro de 1999. Versão policopiada, 60 pp.

Harrois-Monin, F., & Rouzé, M. (1981). Dyslexie: De petites anomalies cérébrales. *Science & Vie*, 767, 43-48.

Jacob, L. (2003). Caracterização das UTI’s. Estudo distribuído no *II Encontro Nacional de Universidades e Academias Seniores*, Universidade Sénior de Almeirim, Almeirim e Santarém, 20 de Março de 2003. Versão policopiada, 9 pp.

Lemieux, A. (1998). La gérontagogie ou l’éducation des personnes âgées à l’université de l’an 2000. In M. Guirao & M. Sánchez Martínez (Eds.), *La oferta de la gerontagogía. Actas del Primer Encuentro Nacional sobre Programas Universitarios para Mayores* (pp. 199-234). Granada: Grupo Editorial Universitario, Publicaciones del Aula Permanente de Formación Abierta.

Lemieux, A. (2001). *La gérontagogie: Une nouvelle réalité*. Montréal: Éditions Nouvelles.

Lemieux, A., Boutin, G., Sánchez, M., & Riendeau, J. (s/d). The faculties of education in the traditional universities and the third age universities: A model of partnership. Texto enviado electronicamente à autora pelo seu primeiro autor em 2003, 9 pp.

Stadelhofer, C. (1999). Europäische Bildungs-Netzwerke und ihre Bedeutung für die Seniorenbildung am Beispiel des Europäischen Netzwerkes “Learning in Later Life” (LILL). Conferência apresentada no *I Seminário Internacional sobre Programas*

Universitarios para Mayores, Granada, 17 y 18 de Diciembre de 1999. Versão policopiada, 8 pp.

Sternberg, R. J. (1990). Understanding wisdom. In R. J. Sternberg (Ed.), *Wisdom. Its nature, origins, and development* (pp. 3-9). Cambridge: Cambridge University Press.